



Universidades Lusíada

Oliveira, Humberto Nuno Lopes Mendes de, 1961-
Olivença e a Guerra das Laranjas em duas obras recentes

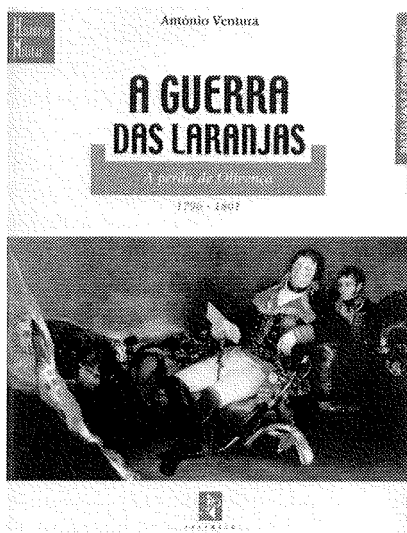
<http://hdl.handle.net/11067/7677>

Metadados

Data de Publicação	2005
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Ventura, António Adriano Pires, 1953- - Crítica e interpretação, Amaral, Manuel, 1955- - Crítica e interpretação, Portugal - Relações externas - Espanha - Século 19, Espanha - Relações externas - Portugal - Século 19
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 02 (2005)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-01T03:22:01Z com informação proveniente do Repositório

OLIVENÇA E A GUERRA DAS LARANJAS EM DUAS OBRAS RECENTES



ANTÓNIO VENTURA, *A Guerra das Laranjas. A perda de Olivença. 1796-1801*, Lisboa, Prefácio, 2004



MANUEL AMARAL, *Olivença. 1801. Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, Lisboa, Tribuna da História, 2004

Quando em 2001 ultimava o meu artigo “A queda da praça de Olivença em 20 de Maio de 1801” destinado ao volume de homenagem¹ que a Academia Portuguesa da História e a Comissão Portuguesa de História Militar então preparavam e que haveria de ser dado à estampa no ano seguinte, dificilmente poderia supor que, passados dois anos, haveriam de ver a luz do dia dois distintos trabalhos de História Militar, dedicados aquela mártir praça alentejana, dados à estampa através da chancela de duas prestigiadas editoras, a Prefácio e a Tribuna da História.

Na realidade, naquele meu estudo, além do inegável interesse que as questões relativas a Olivença me suscitam referi: “A queda da praça de Olivença em 20 de Maio de 1801, se bem que tendo criado um problema insolúvel até aos nossos dias, não tem merecido por parte da historiografia nacional, que assim parece pretender esquecer tal trauma, a devida atenção”². Primeiras palavras, pois, para saudar a inversão de centenária tendência historiográfica e o interesse que os temas relacionados com Olivença vêm finalmente demonstrando entre a sociedade civil portuguesa. Tendência que, lamentavelmente, se apresenta contrária à inação e apatia com que o Estado vem tratando, ou melhor ignorando, esta delicada questão diplomática, fronteiriça e de soberania.

Da profusão da recente Bibliografia Oliventina, e do seu interesse, que não apenas historiográfico, no panorama editorial peninsular, deu conta o homónimo e recente artigo do Professor e antigo Presidente do Grupo dos Amigos de Olivença, Mário Rui Simões Rodrigues³, nela abordando não apenas as obras aqui em apreço mas outras de âmbito jurídico, onomástico, tauromáquico e etnográfico.

As duas obras historiográficas dadas à estampa em 2004, *A Guerra das Laranjas. A perda de Olivença. 1796-1801*, do conceituado Professor Universitário e reconhecido especialista deste período, António Pires Ventura e *Olivença. 1801. Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, de Manuel Amaral, embora inseridas no mesmo domínio da História Militar, apresentam-se bem distintas, todavia, no cuidado da elaboração, na hermenêutica e na heurística.

A obra de António Ventura constitui um notável exercício de investigação do período vulgarmente conhecido como “Guerra das Laranjas” cujo epílogo se traduziu na perda da praça de Olivença. Constitui um notável *corpus* verdadeiramente indispensável para qualquer investigação futura sobre o tema, onde a par da lucidez de análise, que sempre caracteriza o autor, se apresenta uma cuidada e exaustiva investigação bibliográfica e de fontes. Os antecedentes da guerra⁴ são abordados com a profundidade desejável, outrossim acontecendo com as questões relativas aos preparativos, diplomáticos e militares. Os ataques espanhóis às praças de Elvas, Olivença e Juromenha, são analisados

¹ *Preito de Reconhecimento. Colectânea de Estudos em Homenagem ao Senhor Coronel Carlos da Costa Gomes Bessa no seu 80.º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História e Comissão Portuguesa da História Militar, 2002.

² “A queda da praça de Olivença em 20 de Maio de 1801”, in, *Preito de Reconhecimento. Colectânea de Estudos em Homenagem ao Senhor Coronel Carlos da Costa Gomes Bessa no seu 80.º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História e Comissão Portuguesa da História Militar, 2002, pp. 191-206.

³ “Bibliografia Oliventina”, *História*, n.º 76, Maio, 2005, pp. 72-74.

⁴ Igualmente versados no interessante artigo constante do presente volume, “A Missão do Morgado de Mateus (1801). Um derradeiro esforço para evitar a Guerra”.

com devido detalhe precedendo o estudo relativo aos combates de Arronches, da Flor da Rosa e ao cerco de Campo Maior que já haviam merecido a detalhada atenção do autor⁵. Escalpelizam-se, ainda, no contexto da Guerra outras operações menos conhecidas e de menor dimensão como sejam as operações no Norte do país, no Algarve e ainda as repercussões nos territórios da América, concluindo com a análise dos Tratados de Badajoz e encerrando o seu estudo com uma notável conclusão: “Do brevíssimo conflito luso-espanhol de 1801, verdadeiro prefácio à Guerra Peninsular, que a História sempre ridicularizou com o nome com que ficou conhecida – «Guerra das Laranjas» – ficará viva, até à actualidade, a questão de Olivença, trazida periodicamente à ribalta as discussões jurídicas, históricas e políticas”. Quanto a esta interessantíssima obra apenas um pequeno senão, embora não da responsabilidade do autor, mas antes do departamento de Infografia da Editora Prefácio: os mapas de Portugal não integram o termo de Olivença. Erro infelizmente (mesmo em entidades oficiais) frequente mas que, numa obra deste teor, deveria ter merecido redobrada atenção.

A obra de Manuel Amaral, muito cuidada do ponto de vista gráfico, tendo como título principal “Olivença” (que aparentemente se transformou num título vendável, logo apetecível...), dela verdadeiramente pouco cuida, apenas escassas duas páginas. A razão desta desproporção reside, porventura, no facto da mesma pretender apresentar, como grande inovação, uma análise “para lá de Olivença” (a dúvida que de imediato me assolou foi a de para quê utilizá-la, então, como título principal?), com detida observação dos demais Teatros de Operações nas fronteiras da metrópole, no Atlântico e sobretudo no Brasil.

É neste último Teatro de Operações⁶ que se centra verdadeiramente o interesse do autor que sustenta uma tese, no mínimo discutível, que assenta no pressuposto de que apesar da perda de Olivença, Portugal logrou atingir os seus principais objectivos estratégicos neste conflito. Posição que, pessoalmente, me parece de difícil sustentação se atentarmos cuidadosamente na cronologia dos eventos. Na realidade, apanhado desprevenido neste conflito, Portugal mal pode conceber uma qualquer eficaz concepção táctica digna desse nome, muito menos gizar uma coerente opção estratégica para o mesmo. Embora o autor considere, contrariando o que bem vem sendo aceite desde Luz Soriano, que “Portugal estava preparado para a Guerra” (p. 30). Mais uma tese, no mínimo, polémica, uma vez que o próprio autor confirma que as providências foram-nas apenas tomadas em Fevereiro. E poderemos verdadeiramente afirmar que as descoordenadas acções levadas a cabo nesse curto período poderiam preparar o país para a guerra?

⁵ *O Combate de Arronches. Um episódio da Guerra das Laranjas*, Arronches, Câmara Municipal de Arronches, 1989; *O Combate da Flor da Rosa. Conflito Luso-Espanhol de 1801*, Lisboa, Edições Colibri, 1996 e *O Cerco de Campo Maior em 1801*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

⁶ Que aliás já recentemente havia sido exaustivamente estudado pelo General Silvino da Cruz Curado em dois estudos seus: “A Guerra de 1801 no Brasil”, in *Portugal e os Abalos Político-militares da Revolução Francesa no Mundo. Actas do XI Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2001 e “A Guerra de 1801 no Brasil e a Questão de Olivença”, in *Preito de Reconhecimento. Colectânea de Estudos em Homenagem ao Senhor Coronel Carlos da Costa Gomes Bessa no seu 80.º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História e Comissão Portuguesa da História Militar, 2002.

Obras pois de valia claramente distinta. Ao invés do estudo de António Ventura, este último não constitui, a nosso ver, uma obra fundamental, revelando mesmo graves debilidades (por exemplo a ausência de referências bibliográficas pertinentes e mesmo a sua referenciação de modo há muito desusado) pouco desejáveis numa obra historiográfica que se pretende de vulto e que integra uma importante colecção sobre “Batalhas de Portugal” de uma Editora de inegável prestígio e de inquestionáveis pergaminhos na divulgação da História Militar Portuguesa.

Humberto Nuno de Oliveira